



PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA

Av. Bernardino de Andrade, 86

88.440-000 - IMBUIA

Sec. Administração: Fone: (0478) 57-1103
Gabinete Prefeito: 57-1123

Santa Catarina

LEI Nº 864

"DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBUIA, ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e as normas gerais para a sua adequada aplicação.
- Art. 2º - O atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município de Imbuia será feito através das Políticas Sociais Básicas de Educação, Saúde, Recreação, Esportes, Cultura, Lazer, Profissionalização e outras, assegurando-se em todas elas o tratamento com dignidade e respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária.
- Art. 3º - Aos que dela necessitarem será prestada a assistência social, em caráter supletivo.
- Parágrafo Único - É vedada a criação de programas de caráter compensatório na ausência ou insuficiência das políticas sociais básicas do município, sem prévia manifestação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- Art. 4º - Fica criado no Município o Serviço Especial de Prevenção e Atendimento Médico e Psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão.

IMBUIA: PRINCESINHA DO ALTO VALE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA

Av. Bernardino de Andrada, 86
88.440-000 - IMBUIA

Sec. Administração: Fone: (0478) 57-1103
Gabinete Prefeito: 57-1123

Santa Catarina

Art. 5º - Fica criado pela municipalidade o Serviço de Identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos.

Art. 6º - O Município propiciará a proteção jurídico-social aos que dela necessitarem, por meio de entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

TÍTULO II - DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO

CAPÍTULO I

Das disposições preliminares:

Art. 7º - A Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente será garantida através dos seguintes órgãos:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente;

III - Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Parágrafo Único - Cada Conselho terá seu Regimento Interno que disporá basicamente sobre:

I - natureza e finalidade;

II - composição e organização;

III - competência de seus órgãos;

IV - serviços administrativos e técnicos;

V - sessões do Conselho;

VI - local, data e hora de funcionamento do Conselho.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Seção I - Da criação e natureza do Conselho:

Art. 8º - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança

IMBUIA: PRINCESINHA DO ALTO VALE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA

Av. Bernardino de Andrade, 86
88.440-000 - IMBUIA

Sec. Administração: Fone: (0478) 57-1103
Gabinete Prefeito: 57-1123

Santa Catarina

e do Adolescente, como órgão deliberativo, consultivo e controlador das ações em todos os níveis.

Seção II - Da competência do Conselho:

Art. 9º - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - formular a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fixando prioridade para a consecução das ações de atendimento e à captação e à aplicação de recursos;

II - zelar pela execução dessa política, atendidas as peculiaridades das crianças e dos adolescentes, de suas famílias, de seus grupos de vizinhança e dos bairros ou da zona urbana ou rural em que se localizam;

III - formular as prioridades a serem incluídas no planejamento do Município, em tudo que se refira ou possa afetar as condições de vida das crianças e dos adolescentes;

IV - estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização de tudo quanto se execute no Município, que possa afetar as suas deliberações;

V - cadastrar e registrar, fazendo cumprir as normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, as entidades não-governamentais de atendimento dos direitos da criança e do adolescente que mantenham programas de:

- a) orientação e apoio sócio-familiar;
- b) apoio sócio-educativo em meio aberto;
- c) colocação sócio-familiar;
- d) abrigo;
- e) liberdade assistida;
- f) semiliberdade;
- g) internação;

VI - cadastrar e registrar os programas a que se refere o inciso anterior, das entidades governamentais que operem no Município, fazendo cumprir as normas constantes do mesmo Estatuto;

IMBUIA: «PRINCESINHA DO ALTO VALE»



PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA

Av. Bernardino de Andrade, 88
89.440-000 - IMBUIA

Sec. Administração: Fone: (0475) 57-1103
Gabinete Prefeito: 57-1123

Santa Catarina

VII - regulamentar, organizar, coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para a escolha e a posse dos membros dos Conselhos Tutelares do Município;

VIII - dar posse aos membros do Conselho Tutelar, conceder licença aos mesmos, nos termos do respectivo regulamento, e declarar vago o posto por perda do mandato, nas hipóteses previstas nesta Lei;

IX - deliberar ano a ano, ou em cada exercício, sobre a alocação de recursos que deverá ser feita a partir das prioridades identificadas na realidade e dispor sobre eventuais remanejamentos;

X - estimular e incentivar a atualização permanente dos servidores das instituições governamentais e não governamentais, envolvidas no atendimento à família, à criança e ao adolescente;

XI - alterar o seu regimento interno, com a aprovação de no mínimo, 2/3 de seus membros;

XII - elaborar plano de ação municipal para a área da infância e da juventude, tendo por base um diagnóstico da situação da criança e do adolescente.

Seção III - Dos Membros do Conselho.

Art. 10 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto de 07 (sete) membros, sendo:

I - 03 (três) membros representando o Município, indicados pelos órgãos:

- Secretaria da Administração, Fazenda e Planejamento;
- Secretaria da Educação, Cultura e Desporto;
- Secretaria da Saúde e Assistência Social.

II - 04 (quatro) membros indicados pelo Fórum das entidades representativas da participação popular, convocado pelo Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Primeiro - O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, facultada a recondução.

IMBUIA, PRINCESINHA DO ALTO VALE.